



opinião



FILIPE ANDRE
f.andre@sapo.pt

FATORES DE PRODUÇÃO

Temos assistido ao longo dos últimos tempos a acasas discussões sobre o modo como afetamos os fatores de produção (trabalho e capital), para aumentar a competitividade da nossa economia. A estratégia seguida tem apostado na desvalorização salarial em detrimento do fator capital.

A redução salarial conduz naturalmente a uma redução do custo do trabalho, que constitui um estímulo à produção manual, em detrimento do investimento em tecnologia (capital). De fato, a economia empresarial ensina-nos que quanto mais reduzido for o custo do trabalho face ao capital, menor o incentivo para investir em tecnologia, e a produção é efetuada maioritariamente por trabalho manual.

O contrário é igualmente verdadeiro: Quanto mais elevado for o custo do trabalho, maior o incentivo para que a produção se desenvolva com recurso a meios tecnológicos. A utilização de fatores de produção de elevada componente tecnológica representa até uma distinção entre o nível de desenvolvimento dos países.

O investimento em tecnologia conduz maioritariamente a um aumento de produção, a uma redução dos custos unitários, criando economias de escala e de gama.

A captação destas economias de escala e de gama, conseguida pela expansão das unidades de produção, é condição fundamental para atingirmos o nível de competitividade que nos permita afirmar no mercado, e só poderá ser atingida com investimento em tecnologia e nunca pela desvalorização salarial.

A atual estratégia do governo, materializada pela redução do custo do trabalho, que como vimos, desincentiva o investimento tecnológico não conseguirá mais do que acrescentar um retrocesso ao modelo de produção nacional, diminuindo a sua competitividade um cenário de médio prazo.

PO Algarve 21 aprovou 343 projetos, com apoio de 142 milhões de euros, até final de 2012

Até ao final de 2012, concorreram ao Programa Operacional Regional do Algarve (PO ALGARVE 21) mais de 900 candidaturas, tendo sido aprovados 343 projetos, com um volume de investimento elegível superior a 287 milhões de euros e um apoio financeiro na ordem dos 142 milhões de euros.

No final do ano, encontrava-se assim comprometido cerca de 81% do «plafond» atribuído ao programa, para o período 2007-2013, revelou a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, que tem a seu cargo a gestão operacional do projeto.

Em termos qualitativos, a distribuição do investimento aprovado concentra-se predominantemente no eixo 1, nas tipologias de apoio direto às empresas - sistemas de incentivos que representam 39% do total das aprovações do programa.

Nos eixos 2 e 3 destacam-se as tipologias «Rede Escolar» (13%), «Ações de Valorização do Litoral» (10%), «Mobilidade Territorial» (8%) e «Parcerias para a Regeneração Urbana» (7%, incluindo o programa Jessica).

Durante o ano de 2012, estiveram abertos 31 concursos



e foram aprovados 90 projetos com um investimento elegível de 128 milhões de euros e uma participação FEDER de 41 milhões de euros.

O Algarve terminou 2012 com uma execução de cerca de 39% relativamente à dotação programada para o PO Algarve 21 (2007-2013), volume de execução que ronda os 103 milhões de euros e ao qual corresponde

uma participação comunitária de 67,2 milhões de Euros.

Os pagamentos efetuados aos executores ascendiam no final do ano a 66,5 milhões de euros.

De acordo com a CCDR, em dezembro de 2012 as aprovações tinham duplicado o valor de meados de 2011 e a execução tinha triplicado o valor de dezembro de 2010.

“Apesar das restrições financeiras que afetaram promotores públicos e privados, o PO Algarve executou durante o ano de 2012 o dobro do que tinha sido executado durante o mesmo período em 2011”, diz a instituição.

A lista completa dos projetos aprovados encontra-se disponível no sítio www.ccdr-alg.pt.